

Fragments of memories in the northern Rio Grande do Sul state of southern Brazil: timber buildings of (i) migrants and the Itá dam¹

Natália Biscaglia Pereira

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Erechim, Rio Grande do Sul, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-3261-6312>

E-mail: natalia.pereira@uffs.edu.br

Ângela Do Valle

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-4132-7822>

E-mail: angela.valle@ufsc.br

Resumo: O Norte Gaúcho se caracteriza por uma multiculturalidade formada pela confluência da presença indígena, negra e de diferentes povos de descendência europeia que chegaram ao início do século XX, a partir da colonização oficial. As construções neste território eram produzidas predominantemente em madeira até a década de 1950, refletindo o extrativismo vegetal que impulsionou a economia local. Esta paisagem sofreu grandes transformações a partir da década de 1990, com a execução da barragem de Itá. Assim, problematiza-se sobre o impacto destas transformações na paisagem construída em madeira, signos de pertencimento da população. Como método, apresenta-se a análise de fragmentos de memórias dos moradores sob os aspectos construtivos em madeira, relatados através de entrevistas realizadas por projetos financiados pela Eletrosul. Estes fragmentos servem de apoio para entender a história desta importante produção material. Reflete-se também sobre a atual apropriação pela população local de algumas edificações que foram realocadas, na cidade de Aratiba, RS, para compreender as transformações ou permanências destas referências culturais após a construção da barragem. Como resultado, por meio da tessitura do registro de memórias dos atingidos referentes à cultura material da construção em madeira na região, foi possível avançar na compreensão do significado cultural destes bens, que englobam aspectos materiais e imateriais e questões identitárias.

Palavras-chave: Memórias; Construções em madeira; Barragem de Itá; Norte Gaúcho; Imigração.

Fragments of memories in the northern Rio Grande do Sul state of southern Brazil: timber buildings of (i) migrants and the Itá dam

Abstract: The northern Rio Grande do Sul state of southern Brazil is characterized by a multiculturalism formed by the confluence of the indigenous, black and different peoples of European descent that reached the beginning of the 20th century, from the official colonization. The constructions in this territory were produced predominantly in wood until the decade of 1950, reflecting the plant extractivism that boosted the local economy. This landscape has undergone great transformations from the decade of 1990, with the execution of the Itá dam. Thus, it problematizes the impact of these transformations on the landscape built in wood, signs of belonging to the population. The method presents the analysis of fragments of memories of the residents under the constructive aspects of wood, reported through interviews carried out by projects funded by Eletrosul. These fragments serve as a support for understanding the history of this important material production. It is also

reflected on the current appropriation by the local population of some buildings that were relocated, in the city of Aratiba, RS, to understand the transformations or permanences of these cultural references after the construction of the dam. As a result, through the recording of memories of those affected regarding the material culture of timber construction in the region, it was possible to advance in the understanding of the cultural meaning of these goods, which include material and immaterial aspects and identity issues..

Keywords: Memories; Timber buildings; Itá Dam; Northern Rio Grande do Sul state of southern Brazil; Immigration.

Texto recebido em: 28/09/2018

Texto aprovado em: 14/11/2019

Introdução: aspectos históricos da ocupação do território

O Norte do Rio Grande do Sul foi uma das últimas regiões do estado a ser explorada economicamente. No que tange as terras do Alto Uruguai², no século XIX frequentemente relatava-se pelos órgãos governamentais um suposto “vazio demográfico” que desconsiderava a ocupação indígena, negra e cabocla de longa data já existente neste território (ZARTH, 2016, p. 16). Muitos caboclos eram oriundos das bandeiras paulistas e fixaram-se na região, mestiçando-se com as populações indígenas. Ducatti Neto (1981, p.43) ainda aponta que vieram alguns fugitivos da Guerra dos Farrapos, em 1835, e da Revolução Federalista de 1893. Estes viviam da extração de erva mate, junto aos ervais públicos existentes no Alto Uruguai e da agricultura de subsistência, ocupavam as terras florestais e eram homens livres, de poucas posses (NASCIMENTO, 2007, p.3).

A partir da aprovação da Lei de Terras (Lei n. 601/1850) regulamentada em 1854, para a substituição do sistema de sesmarias, houve o registro das estâncias pastoris já existentes, e as terras consideradas devolutas tornaram-se mercadoria pelo governo. O Império visava legalizar as terras ocupadas sem autorização e vender a emissão do título de posse, que possibilitou a arrecadação de fundos para financiar a política de incentivo a imigração europeia no Brasil.

No Rio Grande do Sul, as terras devolutas, ainda existentes, limitavam-se quase que exclusivamente ao território do Alto Uruguai, onde fundou-se a Colônia Erechim. Esta informação pode ser confirmada pela Mensagem de 1912 do presidente do Rio Grande do Sul,

A área devoluta existente no estado pode ser estimada em cerca de 30.000km², ou seja, aproximadamente a oitava parte da superfície do Rio Grande, área essa constituída quasi exclusivamente por terras de mattas situadas, em sua maior parte, na zona norte do nosso território³ [sic].

Os grupos indígenas, os negros e caboclos, que já ocupavam a região inicialmente, e que não tinham condições financeiras para adquirir a propriedade da terra que ocupavam, consideradas terras devolutas a partir da Lei de Terras, simplesmente foram excluídos do projeto colonial implantado no século XX.

Esta substituição de grupos nacionais por imigrantes fez parte, de acordo com vários pesquisadores, de um projeto de branqueamento e eugenia da população brasileira, levado a frente por grupos influentes da sociedade civil em conjunto com o governo. Seyferth (1996, p. 48), aponta a influência de uma “ciência das raças” no Brasil, gestada desde 1860, pelo anatomista e antropólogo francês Paul Broca. Esta era baseada na superioridade da raça branca, a inferioridade das raças “de cor” e os “prejuízos” da mestiçagem embaralhada, pelos quais eram conhecidos os trabalhadores nacionais. Os cientistas brasileiros inventaram a tese do branqueamento e a dos mestiços “superiores”, apresentada por J.B. Lacerda no congresso Universal das Raças, em 1911, em Londres, representando o Brasil, na qual,

O branqueamento da raça era visualizado como um processo seletivo de miscigenação que, dentro de um certo tempo (três gerações), produziria uma população de fenótipo branco. Portanto, em termos gerais, o Brasil teria uma raça, ou um tipo ou, ainda, um povo (o conceito empregado não importa) nacional. Em suma, a característica que faltava para definir a nação. Sendo assim, os imigrantes tinham um papel adicional a exercer: contribuir para o branqueamento e, ao mesmo tempo, submergir na cultura brasileira através de um processo de assimilação (SEYFERTH, 1996, p. 49).

Sem embargo, percebe-se que a inserção do imigrante europeu fez parte de uma construção racial para a formação do “tipo brasileiro”. Outras razões apontadas por Piran (2001, p. 25), no que tange a fundação das Colônias novas na região norte do estado, era manter intocável o latifúndio do Sul do RS e aliviar tensões nas colônias velhas⁴, com a demanda crescente por terras, incorporando este território à produção capitalista.

Arquitetura da imigração: o patrimônio vernacular e a questão identitária

As construções dos imigrantes e migrantes de diversas origens que chegaram à Colônia Erechim empregavam a madeira como matéria-prima, que era abundante na região, oriunda da extensa mata de *Araucaria angustifolia*. A madeira era uma das principais fontes econômicas da região, sendo explorada, sobretudo, desde o início da colonização até a década de 1930. Beneficiada em serrarias e transportada pela ferrovia ou por balsas que atravessavam o Rio Uruguai, a madeira de “pinho” abastecia a construção de casas e estabelecimentos na própria região e também o mercado externo, até chegar a São Tomé ou Libres, na Argentina (DUCATTI NETO, 1981).

A partir dos resultados de pesquisa apresentados por Pereira (2019) sobre a arquitetura em madeira da imigração no Alto Uruguai gaúcho, que abrange a região do Norte do Rio Grande do Sul, estima-se que os ranchos, com caráter provisório, e as primeiras construções de caráter permanente existiram no mesmo período, entre 1910 até início de 1920. No primeiro estágio, ao escolher o lote rural para implantar a colônia, geralmente havia a autoconstrução ou, às vezes, esta era erguida em regime de mutirão com vizinhos. Os ranchos eram construídos similarmente às casas dos caboclos, que tinham armação estrutural de madeira com fechamento com tábuas verticais rachadas à mão ou pau-a-pique.

Nas primeiras casas definitivas, utilizava-se madeira serrada à mão, com telhado em duas águas com alta declividade e cobertura em tabuinhas em madeira. Começa-se a utilizar a divisão da casa em porão, 1º pavimento e sótão. Tanto no rancho quanto nas primeiras casas definitivas, o banheiro era independente da edificação principal, ao fundo do quintal. A cozinha era separada do corpo principal da casa, em uma edificação anexa (PEREIRA, 2019).

Em um segundo estágio, entre o início da década de 1920 até o início da década de 1940, as edificações tiveram maior porte do que no período inicial, por isso pode-se considerar um período de apogeu e consolidação da arquitetura em madeira na região. O telhado, composto de duas ou quatro águas, era de alta declividade, a altura da edificação era elevada. Continua-se a utilizar o porão e sótão, e o mesmo sistema construtivo das casas definitivas, composto por uma estrutura independente em madeira com vedações com tábua vertical e mata-junta. Nessa fase, as tabuinhas de madeira que cobriam o telhado no período anterior, são substituídas por folhas de zinco ou telhas cerâmicas. A cozinha vai sendo

incorporada ao volume principal da casa, com o surgimento dos fogões. A contratação de carpinteiros já era mais frequente e, em geral, as peças de madeira empregadas na construção eram originárias de serrarias, com medidas padronizadas, excluindo-se os pilares e vigas das fundações nos porões, que eram de grandes dimensões, geralmente falquejados manualmente (PEREIRA, 2019).

A arquitetura da imigração, a partir da adaptação cultural e construtiva dos povos que chegaram à região, conjugando as características do lugar e as tradições construtivas de suas origens, reforça o caráter identitário das comunidades e pode ser entendido, hoje, como um patrimônio construído vernáculo. Este conceito foi definido na Carta sobre o patrimônio construído vernáculo, assinada pelo Comitê Internacional de arquitetura vernácula (CIAV), ratificada pela 12.^a Assembleia Geral do ICOMOS, no México, em Outubro de 1999:

O patrimônio construído vernáculo é importante; ele é a expressão fundamental da cultura de uma comunidade, do seu relacionamento com o seu território e, ao mesmo tempo, a expressão da diversidade da cultura mundial. A construção vernácula é a forma tradicional e natural pela qual as comunidades habitavam. É um processo contínuo que inclui as necessárias modificações e adaptações contínuas como resposta às restrições sociais e ambientais (ICOMOS, 1999).

A arquitetura vernacular pode ser considerada de grande diversidade, ao propor soluções próprias e adaptadas aos locais de implantação, contornando limitações tecnológicas e físico-ambientais, imprimindo a expressão de um povo em um momento específico, como as construções do período imigrante. Desse modo, ela tem características de localizar-se adequadamente, de forma espontânea, constituindo a fisionomia do lugar. Lugar este que pode ser entendido como concreta manifestação do habitat humano.

Remetendo ao conceito de Norberg-Schulz (1984), cada lugar contém uma essência. Essa essência pode ser considerada a identidade. A essência ou a identidade distingue um lugar de qualquer outro, lhe conferindo uma natureza singular. Mais do que em outra, é na arquitetura vernacular que se imprime o caráter de um lugar, pois ela se destaca pela sensibilidade e respeito às condições locais do meio, conjugando de forma espontânea, criativa e diversificada as esferas espaciais, ambientais e humanas, em um dado tempo histórico.

Segundo Reis-Alves (2007), apenas com a conjugação destas três esferas o espaço se torna um Lugar. Os atributos espaciais se referem às questões relativas

ao espaço em termos de morfologia, paisagem, os ambientais se relacionam às características climáticas do espaço. Já os atributos humanos são relativos à interação do homem neste universo espacial, influenciando, transformando e conferindo valores aos atributos espaciais e os ambientais.

Tem sido discutida a vulnerabilidade das estruturas vernáculas, em razão da homogeneização da cultura e das transformações socioeconômicas (ICOMOS, 1999). Quanto a esta questão, convém trazer à luz os estudos de Hall (2014), que abrange a identidade cultural na pós-modernidade, e aponta que no mundo estão emergindo identidades culturais em transição “que retiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais; e que são o produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado” (HALL, 2014, p. 52).

Assim, Hall (2014) argumenta que o paradoxo da identidade nos atuais tempos de mundialização da cultura: ou retornando às suas raízes ou desaparecendo por meio da assimilação e homogeneização, pode ser equivocada, visto a possibilidade da *tradução cultural*, na qual pessoas dispersadas da sua terra natal retêm vínculos com suas tradições e locais de origem, mas negociam com as novas culturas em que vivem. São pessoas que pertencem a culturas híbridas, a partir da fusão de diferentes tradições culturais. Quanto ao contexto latino-americano, García-Canclini (1990) aponta que a hibridez tem um longo percurso nestas culturas, desde o sincretismo criado pelas matrizes espanholas e portuguesas com as representações indígenas.

A hibridez das culturas, indicada pelos autores como um processo histórico da modernidade e da pós-modernidade é a situação também constatada na representação da arquitetura produzida pelos colonos (i) migrantes no norte gaúcho nas primeiras décadas do século XX. Estes grupos, apesar de partirem de soluções técnico-construtivas de seus locais de origem, com materiais e condições geográficas e tecnológicas totalmente distintas das encontradas no Rio Grande do Sul, aplicaram adaptações condizentes com o meio em que foram implantadas, respondendo tecnicamente às condições impostas no novo local.

Assim, as diversas identidades que se ligam aos grupos de imigrantes e migrantes que chegaram ao norte gaúcho no período da colonização, conjugam culturas híbridas, renegociadas com as culturas dos habitantes locais, conformando, também um intercâmbio entre os grupos étnicos que fizeram parte do processo migratório regional.

Ampliando o olhar da representação social em relação à construção de práticas, expressões materiais e simbólicas no espaço, a territorialização, segundo Haesbaert (2005) tem os quatro seguintes objetivos:

Abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção; - identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais (a começar pela própria fronteira). - disciplinarização ou controle através do espaço (fortalecimento da ideia de indivíduo através de espaços também individualizados); - construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações) (HAESBAERT, 2005, p. 6778).

Interessa-nos, aqui, a perspectiva da territorialização como referência espacial simbólica, construído historicamente pelas identidades, formada tanto por elementos materiais, quanto imateriais. Essa apropriação territorial dos sujeitos com o lugar provoca o sentimento de vínculos de pertencimento socioespacial,

Provocando grandes transformações espaciais no território, a implantação de barragens, além do impacto ambiental que causa, pode submergir núcleos de povoamento, decorrendo na desterritorialização de comunidades tradicionais, como ocorreu na barragem de Itá- SC. Esta desterritorialização afasta a população dos seus lugares simbólicos e da vivência cotidiana, processo que, segundo Guattari (1993), pode ser visto como uma estratégia dos grupos dominantes para contenção, restrição e até exclusão, isto é, como um movimento de re-apropriação do território, dos espaços físicos e simbólicos.

Colonização e (i) migração

O projeto de colonização do norte gaúcho no início do século XX incentivou a ocupação por diferentes grupos étnicos brancos, descendentes europeus oriundos de antigas zonas coloniais do estado já com esgotamento de terra, ou vindos diretamente da Europa, fundamentado na produção agrícola familiar. Houve a colonização oficial, por meio da fundação da Colônia Erechim, em 1908, e a colonização privada, com serviço de demarcação e comercialização dos lotes rurais por companhias particulares.

Os migrantes que vinham das antigas colônias eram principalmente descendentes de alemães e italianos, enquanto que os imigrantes eram em maior número os poloneses, os alemães e os russos que vieram diretamente do exterior,

até 1914. Após esse ano, permaneceu apenas o processo de colonização espontânea, aumentando o êxodo das colônias antigas, principalmente de migrantes de descendência italiana (DUCATTI NETO, 1981, p. 77-78).

O sucesso da colônia pode ser vinculado à estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG), ligando o Sul e o Centro-Oeste brasileiro, inaugurada em 1910. A concessionária da construção da ferrovia no último trecho no RS, que interliga Passo Fundo a Marcelino Ramos, na região do alto Uruguai Gaúcho, foi a Companhia belga *Auxiliaire Des Chemins de Fer*, responsável por toda a rede ferroviária sulina, unificada pelo presidente da república do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, na Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS). A rede ferroviária permitiu a chegada dos imigrantes na região e facilitou o escoamento de produtos agrícolas e da madeira, repercutindo no rápido progresso econômico colonial. No entorno das estações férreas, instalaram-se os núcleos de povoamento que originaram as cidades da antiga colônia. Em 1913, foi concluída a ponte de ferro sobre o Rio Uruguai, localizada em Marcelino Ramos. Estabeleceu a ligação direta do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, Paraná e São Paulo, facilitando ainda mais o transporte de pessoas e produtos.

Entre as primeiras atividades realizadas pelos imigrantes, ao chegar à colônia, após a derrubada da mata, era a formação de roças e a construção de suas casas. A inexperiência dos imigrantes na atividade do desmatamento, que era feita por meio da queima da mata e posterior plantio, e na extração da erva-mate, que era o produto agrícola mais cultivado, propiciou, de certa forma, a aproximação entre caboclos e índios, antigos moradores da região e que já possuíam o saber-fazer de tais técnicas. Isso é evidenciado pelo relato de João Weiss, imigrante austríaco que emigrou para o Alto Uruguai em 1912: “a derrubada do pinheiro era qualquer coisa de gigantesca e grotesca. Nenhum de nós havia até agora derrubado qualquer árvore grossa, ainda menos um pinheiro” (WEISS, 1949, p. 45). “Os caboclos também nos mostraram como fazer roça, isto é, a derrubada da mata” (WEISS, 1949, p. 54).

A devastação das matas locais, com abundância de Araucárias (*A. angustifolia*), realizada pelos imigrantes para a produção agrícola era fundamental para o cultivo, e esse fato também deu início à exploração da madeira, no chamado Ciclo da Madeira.

A exploração da madeira abasteceu não somente a demanda local, mas principalmente o mercado externo, com o transporte por meio da linha ferroviária

existente ou através de balsas que percorriam o Rio Uruguai, que banhava a região, especialmente com destino a San Thomé e Passo de Los Libres, na Argentina. As serrarias se instalavam principalmente no entorno da estrada de ferro, para facilitar o escoamento do produto. O ciclo econômico da madeira foi fundamental como atividade produtiva regional, até o esgotamento florestal, no final da década de 1950 (WENTZ, 2004, p. 11).

A produção em pequenas propriedades agrícolas no meio rural em conjunto com o áureo ciclo de exploração econômica da madeira originou uma dinâmica relação de transformação do espaço, na qual os (i) migrantes registraram suas marcas. Como resultado desta inter-relação, produziu-se uma “paisagem em madeira” suporte da identidade regional e do processo de formação deste território.

Esta paisagem construída em madeira é resultado de uma arquitetura popular, que pode ser considerada de grande diversidade, ao propor soluções próprias e adaptadas aos locais de implantação, contornando limitações tecnológicas e físico-ambientais, imprimindo a expressão de um povo em um dado momento. Por isso, apesar desta produção arquitetônica não ser valorizada e protegida legalmente, salvo raras exceções, considera-se que estas construções pertencem ao patrimônio cultural regional, caracterizado em tipos estabelecidos por meio da tradição construtiva dos imigrantes, transmitida de forma informal e adaptada localmente. Esta produção abrange, portanto, aspectos materiais e imateriais, relativos às práticas culturais e os saberes e possuem um caráter cultural dinâmico e processual.

Se o povoamento impulsionado pela colonização e a exploração das matas foi responsável pela primeira transformação da paisagem natural da região, a segunda grande transformação se deu com a construção da Usina Hidrelétrica de Itá.

A construção da barragem

O barramento na Volta do Uvá atingiu onze municípios no limite entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, quatro situados no Rio Grande do Sul (Aratiba, Marcelino Ramos, Mariano Moro e Severiano de Almeida), compreendidos no Alto Uruguai Gaúcho, e sete localizados em Santa Catarina (Itá, Concórdia, Piratuba, Peritiba, Alto Bela Vista, Ipira e Arabutã). O reservatório de

142 km² de extensão foi resultante do aproveitamento hidrelétrico do alagamento do Rio Uruguai e seus afluentes.

Ao todo, a Usina Hidrelétrica de Itá (UHE-Itá) atingiu 36 núcleos rurais, 3.219 propriedades e uma sede municipal, além da perda do Cânion de 8900 m (Figura 1) do Estreito do Rio Uruguai (GROSS; BRANDÃO, 2000, p. 78).



Fonte: <<http://prati.com.br/marcelino-ramos/marcelino-ramos-estreito-rio-uruguai-1910.html>>.

FIGURA 1

Estreito do Rio Uruguai na década de 1910, Marcelino Ramos

No projeto, foram realocados 566 km de estradas, 2 km de pontes e 15,5 km de ferrovias (HALL, 2004, p. 56). Ainda, segundo estimativas, a população atingida seria de 124 mil habitantes, 72,9% moradores da zona rural e 29,1% da zona urbana (GROSS; BRANDÃO, 2000, p. 58).

O processo iniciou no final dos anos 1960, por meio de um estudo sobre o potencial energético da bacia do Rio Uruguai, no qual se concluiu que a região possuía potencial para abrigar 22 usinas hidrelétricas. Em 1979, o Departamento Nacional de Energia Elétrica (DNEE) autorizou a execução de estudos de viabilidade técnica e econômica, os quais, dois anos mais tarde, definiram a Volta do Uvã como o ponto mais propício para a instalação da barragem. Nesse ano, iniciaram-se os

trabalhos da obra de instalação da UHE-Itá, com as primeiras realocações de moradores em 1987. Então, a obra foi paralisada e retomada em 1996, com a parceria das Centrais Elétricas do Sul do Brasil (Eletrosul) com empresas privadas, após prorrogações decorridas de mudanças de políticas energéticas brasileiras. Em 1997, a antiga cidade de Itá foi totalmente inundada, realocada em uma “nova Itá”, a 5 km da sede anterior. A construção da Usina encerrou-se nos anos 2000.

As reações negativas ao projeto e embates se deram já no início da década de 1980, com o surgimento de novos movimentos e organizações populares, que denunciavam os impactos negativos ocasionados pela construção de grandes usinas hidrelétricas⁵. Setores da Igreja Católica, da Igreja Luterana e do movimento sindical se mobilizam em apoio aos atingidos, através da formação de uma Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) que resultou na fundação do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) em 1991, como resistência à construção de barragens (Viana, 2003, p. 13). No final dos anos 1990, parte da Eletrosul passou a pertencer às Centrais Geradoras do Sul do Brasil S/A (Gerasul), que em seguida foi privatizada, sendo adquirida pelo grupo belga *Tractebel Electricity & Gas International*.

A partir da política nacional de meio ambiente, (Lei 6938/1981) e a criação do CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente), tornaram-se obrigatórios o EIA (estudo de impacto ambiental) e o RIMA (relatório de impacto ambiental). A partir da nova legislação, medidas mitigatórias dos impactos ambientais, projetos e pesquisas foram desenvolvidos pela Eletrobrás e encomendados às universidades brasileiras (SANTOS, 2003).

Um destes estudos, pertencente ao Programa Arca de Noé⁶, foi o “Inventário do Patrimônio Cultural do Território atingido pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Itá”, com levantamentos a campo iniciados em 1994, quando já se haviam iniciado parte das negociações entre atingidos e a Eletrosul, e edificações de valor cultural, entre as quais as pertencentes à velha da cidade de Itá, já não existiam mais⁷. O programa tinha como princípio o resgate de bens culturais e o incentivo à participação das comunidades.

O trabalho elaborado a campo foi desenvolvido pela Arq. Luzia Abreu buscou o que restava de significativo em termos de patrimônio, que resultou em 230 fichas de identificação de imóveis de valor arquitetônico. O objetivo do projeto Arca de Noé, era:

1) Resgatar de forma sistemática os elementos histórico-culturais da área inundada, tomando como expressão tangível os bens naturais e os construídos, as suas formas de apropriação e a sua inserção no contexto das relações socioeconômicas, assim como as manifestações que expressem o fazer e o pensar dos grupos sociais ao longo do tempo; 2) criar espaços voltados para a valorização da história e da cultura da região; 3) fornecer elementos para a elaboração de um Plano Turístico Regional com base na valorização da cultura vernacular, favorecendo o desenvolvimento econômico e social dos 11 municípios atingidos pelo reservatório da Usina de Itá (RÊGO, 2000, p. 208-209).

Após a análise do inventário produzido no programa Arca de Noé, a arquiteta Lilian Mendonça, do IPHAN-SC e o arquiteto Luis Fernando Rhoden, do IPHAN-RS, fizeram as seguintes observações:

Encontramos no Inventário, um conjunto bastante significativo, que, como a grande maioria do patrimônio fruto da imigração européia em nossas terras, caracteriza-se basicamente pela ausência de monumentalidade e diversidade. Acrescente-se ainda o intenso uso de cores como característica local bastante peculiar. A madeira, por razões óbvias, foi material amplamente utilizado, tanto na arquitetura de uso residencial, como comercial e até mesmo religiosa. São centenas de exemplares, muitos deles com ricos detalhes ornamentais, que materializam o empenho em trazer a ‘casa’ que tinham deixado para trás. Traziam consigo muito mais que isso. Traziam seus costumes a sua língua, seus hábitos alimentares, seu saber-fazer, enfim, sua cultura. (...) Neste contexto, na arquitetura produzida nos municípios do lado gaúcho, a par de sua característica eminentemente vernacular, ou seja, de caráter popular, sem influências formais ou conceituais dos padrões arquitetônicos eruditos, o que se nota é a “mistura” de elementos da cultura dos imigrantes italianos e alemães numa mesma área e, muitas vezes convivendo lado a lado. O que se vê, é a força da cultura dos imigrantes e a criatividade popular na sua adaptação ao meio físico (ELETROSUL, 1998).

Por meio deste programa, determinadas edificações foram selecionadas para remoção e/ou restauração e algumas “casas de memória” foram implantadas, a fim de servirem para “lugares” de guarda de arquivos e exposição de fotos e objetos, realização de cursos, entre outros. Na cidade de Aratiba, por exemplo, foram realocadas três edificações que seriam inundadas (Figuras 2, 3 e 4): a Casa do Pastor, construção de 1935 (antiga moradia do pastor evangélico Hans Idrich Krause, que antes da II Grande Guerra imigrou da Alemanha para a região e durante várias décadas foi orientador espiritual das comunidades rurais), transformada num pequeno centro de memória e cultura da comunidade de Sarandi; a Capela de Navegantes, adaptada para um centro cultural e; uma antiga

casa “típica germânica” originária da linha Lajeado das Pedras, da década de 1930, relocada em 2004 e transformada em um museu municipal. Estes três exemplos de edificações foram desmontadas e remontadas em outra localidade, em consequência da implantação da barragem.



Fonte: Fotos das autoras, 2018.

FIGURAS 2, 3 e 4

Edificações em madeira realocadas em Aratiba: a Casa do Pastor (a), o Museu Municipal (b) e a Igreja de Navegantes (c)

Tais edificações mudaram não somente de uso e de local de implantação tendo como maior alteração o seu significado. As relações e os aspectos intangíveis envolvidos, como o próprio caráter simbólico, não são mais os mesmos. A noção de pertencimento destes bens, apropriado pela própria comunidade, é modificada. Isso fica evidente ao se visitar tais edificações. A Casa do Pastor e a Igreja de Navegantes estão abandonadas, relegadas à própria sorte. O Museu está fechado, devido à falta de manutenção e perigo aos visitantes.

Concorda-se com a reflexão da arquiteta Luzia Abreu, responsável pelos inventários do projeto Arca de Noé, a partir de sua visita à casa do pastor no novo local implantado, e seu não reconhecimento da casa,

Compreendi também, que só o ‘genius loci’ do novo sítio, com suas características de vegetação, topografia, luminosidade, enquadramento da casa na paisagem e por sobre tudo, a apropriação do espaço pelos novos usuários seria capaz de dar nova vida àquela edificação. Sim, não era mais a Casa do Pastor, mas um novo espaço que, utilizando a beleza e significado daquela edificação cheia de história e lembranças, abria perspectivas de novos usos para a comunidade de Sarandi (RÊGO; ABREU, 2016, p. 15).

O abandono é percebido não somente nas edificações realocadas. Entre as edificações inventariadas pelo projeto Arca de Noé, e que não foram realocadas, também foi possível testemunhar esta situação. Além do abandono, observou-se depredação, com a retirada de esquadrias e peças estruturais que ocasionam risco de desabamento das edificações (Figura 5).



Fonte: Fotos das autoras, 2018.

FIGURA 5

Casa da década de 1930, Linha Sarandi, Aratiba

Outro projeto pertencente ao Programa Arca de Noé foi o Projeto ECAU - Elementos Históricos e Culturais do Alto Uruguai – Usina Hidrelétrica de Itá- RS e SC, coordenado por Cleodes Maria Piazza Ribeiro. Este projeto, firmado em parceria com a Universidade de Caxias do Sul (UCS) em 1997, teve como objetivo o registro

sonoro e visual das atividades desenvolvidas pelos moradores das comunidades atingidas, como manifestações culturais, técnicas agrícolas, hábitos e costumes. Contando com a duração de 14 meses, as atividades⁸ resultaram em 80 entrevistas, um arquivo fotográfico, o vídeo “O rio e muitas vidas” e a produção textual “O Vale submerso” (GROSS; BRANDÃO, 2000, p. 78). Também resultou na publicação de *Os Trabalhos e os Dias*⁹ contendo os relatos da experiência de vida da população atingida pelo reservatório da UHE Itá. Compõe este livro: entrevistas realizadas com residentes dos 11 municípios atingidos, em 1997, quando do início do projeto, e entrevistas realizadas anteriormente pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC), em 1988.

Em acesso às entrevistas com alguns residentes¹⁰, destacam-se alguns relatos que descrevem as construções das moradias, sempre em madeira. M.A. relata que veio da Alemanha para Erechim em 1912, com seis anos de idade, onde viveu na comunidade de Lageado Paca, depois em Aratiba, chegando em Itá aos 19 anos. Sua vinda foi influenciada pela empresa colonizadora Luce Rosa e Cia, trabalhando para esta, por contrato de empreitada durante oito anos, para construção da estrada entre Nova Teutônia a Aratiba. M.A. relata que a sua casa:

Era de madeira rachada, era tudo por conta, só a família construía, auxílio era muito raro. O telhado era de tabuinha rachada, um metro. Cada proprietário fazia as dele. Mais tarde começaram a serrar. Madeira mais usada para a tabuinha era o cedro. Não tinha pinheiro, onde tem pinheiro, é de pinheiro.

A.A. nasceu em 1917, emigrou de Cachoeira do Sul para Severiano de Almeida; foi agricultor por 36 anos. Sua primeira casa era de rachão (pinheiro rachado), que foi substituída por outra casa que fora construída fazendo uso de tábuas serradas com a serra de mão. “Éramos três vizinhos aqui, que se revezavam para serrar, cada dia, um. O telhado era feito de tabuinhas”. A primeira moradia era localizada próxima ao rio, e depois se mudaram. A casa tinha dois quartos, um para os filhos e outro para os pais. A cozinha também era de rachão, depois foram aumentando devagarinho. A cozinha tinha o “larim”: feito um quadrado com quatro tábuas compridas, depois enchia de terra e fazia fogo no meio. Pendurava uma corrente (na trave da estrutura do telhado) que segurava as panelas por meio dos ganchos.

O agricultor G. B., nascido em 1936 em Carlos Gomes e emigrado com 17 dias para Mariano Moro, local onde construiu sua casa, descreve:

A construção da primeira casa foi difícil. Na época a madeira era serrada a muque. Então eram fincados os palanques e botado num barranco e rolava as toras em cima e um homem embaixo e outro em cima serrando as tábuas para fazer as paredes. Senão, tinha que pegar e derrubar a madeira e partir ela. As madeiras eram partidas com um malho e um ferro. Um ferro que parte as tábuas e um malho para bater, para tirar as tábuas fora. Então as casas eram todas de madeira partida. Os canelão, os caibros, as vigas em cima era tudo de madeira roliça. Tirava as varas do mato. Para fazer o telhado era cortado as torinhas de 60 cm, partido e falquejado para cobrir a casa em cima. A maioria das casas era de 4 x 6m, eram bem simples. Janelas da mesma madeira, rachada, lascado. Vidro nem se conhecia. Não tinha repartição. Dormia cada um num canto. A minha casa quando casei não era tão ruim. Era de madeira serrada. Tenho ali ainda na cidade um paiol de madeira serrada a muque com puro cedro [sic].

Alguns entrevistados relataram que residiram em localidades diferentes do Alto Uruguai, tanto no Rio Grande do Sul quanto em Santa Catarina, o que denota uma troca cultural nesta região limítrofe.

A.G.S. nasceu em Lúpsia, em 1920, na Alemanha, e chegou em 1927 ao Brasil no porto de Rio Grande. De trem, chegou a Erechim. De Erechim percorreu a estrada a pé até Rio Negro. Em Aratiba residiu vários anos, primeiro na barra do Paloma e depois na linha Simon, até chegar a Itá (Linha Borboleta) em 1973. Ele descreve que sua primeira casa, na barra do Paloma era coberta de tabuinha e as paredes eram construídas em palmito lascado. No Simon, também a casa era coberta por tabuinha, mas de tábua lascada, de metro “com uma e duas em cima, fechada a parede”. Seu pai era marceneiro e já construía casas na Alemanha, construindo posteriormente também em Itá, na Linha Borboleta. Ele depõe sobre a venda da madeira “de Lei”, a qual era exportada para Argentina. As principais espécies exportadas eram o cedro, o louro, a cabreúva. No final do período, as espécies vendidas eram a canela e o açoita cavalo.

Primeiro vender madeira a Santo Tomé, depois tinha um grupo de madeireiros aqui de Passo Fundo e Erechim que auxiliavam os madeireiros, financiavam. Já levavam a madeira comprada. Então, era só entregar a madeira em São Borja, depois eles se viravam. Da Argentina a madeira era embarcada em navios e levada ao estrangeiro. A venda da madeira terminou em 1962, 1963 [sic].

Ainda sobre a construção da casa, A.G.S. relata,

Mandei serrar madeira quadrada a muque em uma casa que construiu em Borboleta, em 1950. Comprei pinho no pinhal em Teutônia. Casa de 7x13m, com dois soalhos, não foi fácil, mas balseiro ganhava bem, senão tava feio. Se é pela agricultura não tirava tudo isso [sic].

Analisando a sua fala, é possível compreender sobre o período de término da venda da madeira pelos balseiros, quando do declínio do ciclo da madeira, no início da década de 1960. E, que apesar de já existirem muitas serrarias na região, o processo manual de desdobramento da madeira para a construção das casas ainda perdurou na década de 1950.

No livro *O Vale submerso*, também há transcrições de algumas entrevistas realizadas com os antigos moradores das cidades atingidas. A. R., morador de Marcelino Ramos explica que as primeiras moradas eram “pobres ranchos de taquara ou madeira com teto de palha”. A mais primitiva foi de pau-a-pique, de pequena dimensão. Era uma casa de duas peças, de chão batido, mais um anexo para a cozinha e sala de visitas e estar. “Era a casa ou o rancho do caboclo”. As primeiras casas permanentes eram construídas com uso de tábuas rachadas, “a muque”. Sobre as espécies, tinham-se tábuas de cedro, louro, guajuvira e angico. A cobertura era de tabuinhas, a partir de toras de madeira lascadas e falquejadas com machadinha. As linhas da cobertura eram falquejadas a machado usando muito o louro, pois era “árvore bem comprida”. A construção era próxima de rios para facilitar o abastecimento de água, com o transporte com baldes de madeira e se fosse possível, escavar um poço. Para as calhas eram trabalhados os troncos de coqueiros. Os carpinteiros eram os próprios imigrantes, que se ajudavam nas construções. Com o passar do tempo, as casas de madeira serrada a mão e de chão batido foram substituídas pelas casas que tinham “cinco ou seis peças” com madeira serrada e assoalhos provenientes de serrarias (RIBEIRO; POZENATO, 2001, p. 79-81).

A partir das análises destas entrevistas, é possível descrever, que, assim como ocorria nas colônias velhas, a arquitetura em madeira na região se desenvolveu em estágios, embora com periodização distinta (POSENATO, 1983, p. 126-128).

No primeiro estágio, como descrito pelos moradores, houve a construção dos ranchos, a fim de rapidamente suprir a necessidade de abrigo provisório. Estes ranchos podiam ser construídos de pau-a-pique, taquara ou madeira com teto de palha ou vegetação. Os ranchos eram construídos da mesma maneira como as

casas dos caboclos. No território de abrangência da Colônia Erechim, estas construções provisórias existiram simultaneamente às construções que utilizavam tábuas rachadas “a muque”, ou serradas à mão.

A casa de madeira rachada ou serrada à mão, que podia ser a primeira ou a segunda morada, era composta por telha de tabuinha rachada “scandole”. Construída pelo próprio imigrante ou migrante, as casas eram de pequenas dimensões, sem repartições ou com dois compartimentos, de chão batido. A cozinha era disposta separada do volume principal da casa, para evitar o risco de incêndios, visto que o fogo para cozinhar era feito no chão batido, o “larim”, ou sobre o tabuado do piso. Este anexo podia abrigar também a sala de estar. Destaca-se a localização das edificações próximas ao rio.

Embora muito menos frequente, a utilização do engenho manual se estendeu, de acordo com o relato de A.G.S, pelo menos até a década de 1950. Cabe salientar que na Colônia Erechim, em 1911 já existiam duas serrarias a vapor e duas carpintarias (ROCHE, 1969, p. 492).

Em todos os relatos, a memória detalhada sob os aspectos construtivos em madeira das primeiras moradas são evidenciados pelos moradores, narrando o período difícil de adaptação destes no território. A construção da casa definitiva, quando relatada, é brevemente descrita: possui maiores dimensões e utiliza, em alguns casos, madeira com beneficiamento de serrarias. Por isso, concorda-se com a análise de Klanovicz e Forcelini (2018, p. 189), que considera que a narrativa de um passado remoto, de uma paisagem pretérita, que cederá espaço a uma nova paisagem após a construção da barragem, é reforçada pela documentação publicada resultante dos programas financiados pela Eletrosul.

Considerações finais

Em casos tão extremos como o da construção de uma barragem e a ruptura de uma continuidade histórica no espaço construído, é importante resgatar os fragmentos de memórias destes moradores. Cabe lembrar Pollak (1992, p. 204), que afirma que a memória é um elemento que constitui a noção de identidade individual e coletiva, no que concerne o sentimento de continuidade ou coerência de um indivíduo ou grupo em sua reconstrução de si. Nesse âmbito, os relatos feitos por meio de entrevistas de histórias de vida da população atingida, coletadas pelos

programas patrocinados pela Eletrosul, contribuíram de forma significativa para o conhecimento dos bens edificados e das memórias dos atingidos, produzindo um relevante acervo da cultura material e imaterial regional e de histórias de vida, ainda que as narrativas de um passado nostálgico e idealizado, com vistas à “modernização”, estejam presentes.

Percebe-se uma descontinuidade de ações efetivas de preservação e de valorização da “cultura vernacular”¹¹ e frente às modificações espaciais e de relações comunitárias, que descontextualizam o objeto arquitetônico, e as perdas de significado resultam em abandonos. Além do reconhecimento do seu valor cultural, a salvaguarda de um bem cultural só é possível por meio do exercício da cidadania, no qual, a comunidade e o governo são responsáveis pela continuidade de práticas sociais e culturais e pelo planejamento das ações preservacionistas. Cabe refletir sobre os abandonos de lugares selecionados como de memória, à época da execução da barragem. A partir da desterritorialização ocasionada pela relocação de antigos signos de pertencimento, em função do alagamento, é muito provável que as referências culturais destas comunidades tenham sido descontextualizadas. A sua ressignificação passa necessariamente por uma reinvenção do lugar.

Para Castells (1999, p. 136), os diversos movimentos sociais são os únicos que se opõem aos desdobramentos sociais, econômicos, culturais e ambientais da globalização, em prol de reivindicar por suas identidades construídas. Nesse interím, é relevante o papel destas organizações, como o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), que a partir de um histórico de engajamento, inserem os seus integrantes em uma relação comunitária, de cidadania, em busca de transformações sociais. A formação de um pertencimento de classe, por meio destes movimentos de resistência, talvez possibilite reconstruir a memória fragmentada dos moradores e das suas referências culturais identitárias.

NOTAS

1. O presente texto faz parte das reflexões realizadas no decorrer da pesquisa de doutoramento em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis.
2. A região do Alto Uruguai, assim denominada pela proximidade com o rio Uruguai, compreendeu a antiga Colônia Erechim, até 1918, quando esta região ainda pertencia ao município de Passo Fundo. Esta colônia compreendia o território onde estão localizados atualmente os trinta municípios da Região Geográfica Imediata de Erechim.

3. Mensagem enviada à assembleia dos representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Carlos Barbosa Gonçalves na 4^o seção ordinária da 6^a legislatura em 20 de setembro de 1912, p. 41. Acesso em: <<http://planejamento.rs.gov.br/mensagens-periodo-1829-1930>>.
4. As “colônias velhas” denominavam os núcleos iniciais de povoamento do período imperial, localizadas nas encostas inferior e superior do nordeste do Rio Grande do Sul, sendo as colônias alemãs, iniciadas em 1824 e prosseguidas até 1875 no Vale do Rio dos Sinos, Vale do Caí e Taquari, e as quatro colônias italianas no Rio Grande do Sul, instaladas de 1875 a 1889. Estas colônias antigas eram formadas fundamentalmente por ilhas étnicas de única nacionalidade.
5. Vale ressaltar que até 1985 o regime de ditadura militar ainda vigorava no Brasil, com repressão a movimentos oposicionistas.
6. O Programa de Preservação da Memória e do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico da área atingida pelo reservatório da UHE Itá foi rebatizado de Arca de Noé, para reforçar na população local a importância do salvamento e da sobrevivência de sua identidade.
7. ELETROSUL. Programa de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico da área atingida pelo reservatório da Hidrelétrica de Itá – Arca de Noé (5 volumes: apresentação e 4 inventários) – Inventário do Patrimônio Cultural- 1995-1997- coordenação Arq. Maria Elisabeth Pereira Rego- Acesso ao documento no IPHAE- RS.
8. O acervo deste projeto foi pesquisado junto ao IMHC – Instituto Memória Histórica e Cultural, da Universidade de Caxias do Sul (UCS).
9. GERASUL. *Os trabalhos e os dias*: histórias de vida de antigos moradores da área da barragem da UHE Itá. Caxias do Sul: UCS. 2001. O título faz alusão à obra do poeta grego Hesíodo.
10. Acervo de entrevistas pertencentes ao IMHC - Instituto Memória Histórica e Cultural, Universidade de Caxias do Sul (UCS) - Elementos Históricos e Culturais do Alto Uruguai – Usina Hidrelétrica de Itá- RS e SC (ECAU- UCS, 1997).
11. Expressão utilizada pelo projeto Arca de Noé, em seus objetivos (RÊGO, 2000, p. 208-209).

Agradecimentos

Agradecemos ao Instituto Memória Histórica e Cultural (IMHC), da Universidade de Caxias do Sul (UCS) por conceder acesso e disponibilidade às entrevistas realizadas pelo Projeto ECAU – Elementos Históricos e Culturais do Alto Uruguai – Usina Hidrelétrica de Itá - RS e SC. Agradecemos ao IPHAE-RS por disponibilizar o acervo do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico da área atingida pelo reservatório da Hidrelétrica de Itá – Arca de Noé. Agradecemos em especial aos moradores das cidades visitadas por guiarem e permitirem pacientemente o acesso às edificações levantadas. Agradecemos a Universidade Federal da Fronteira Sul pelo afastamento para

capacitação docente concedido. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

Fontes

ELETROSUL. Programa de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico da área atingida pelo reservatório da Hidrelétrica de Itá – Arca de Noé (5 volumes: apresentação e 4 inventários) – Inventário do Patrimônio Cultural - 1995-1997. Acervo IPHAE-RS.

M.A. Entrevista realizada em 1988 na cidade de Itá (SC). Entrevista concedida à Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e ao Projeto ECAU- Elementos Históricos e Culturais do Alto Uruguai – Usina Hidrelétrica de Itá-RS e SC. Acervo IMHC-ECAU-UCS.

A.A. Entrevista realizada em 1997 na cidade de Severiano de Almeida (RS). Entrevista concedida ao Projeto ECAU- Elementos Históricos e Culturais do Alto Uruguai – Usina Hidrelétrica de Itá- RS e SC. Acervo IMHC-ECAU-UCS.

G. B. Entrevista realizada em 1997 na cidade de Mariano Moro (RS). Entrevista concedida ao Projeto ECAU - Elementos Históricos e Culturais do Alto Uruguai – Usina Hidrelétrica de Itá- RS e SC. Acervo IMHC-ECAU-UCS.

A.G.S. Entrevista realizada em 1988 na cidade de Itá (SC). Entrevista concedida à Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e ao Projeto ECAU- Elementos Históricos e Culturais do Alto Uruguai – Usina Hidrelétrica de Itá-RS e SC. Acervo IMHC -ECAU- UCS.

A.R. Entrevista realizada em 1997 na cidade de Marcelino Ramos (RS). Entrevista concedida ao Projeto ECAU- Elementos Históricos e Culturais do Alto Uruguai – Usina Hidrelétrica de Itá- RS e SC. Acervo IMHC-ECAU-UCS.

MENSAGEM enviada à assembleia dos representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Carlos Barbosa Gonçalves na 4º seção ordinária da 6ª legislatura em 20 de setembro de 1912, p. 41. Acesso em: <<http://planejamento.rs.gov.br/mensagens-periodo-1829-1930>>.

Bibliografia

BRASIL. LEI Nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 2.

DUCATTI NETO, A. *O grande Erechim e sua história*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1981.

ELETROSUL. *Inventário do patrimônio cultural: área atingida pelo reservatório da UHE ITÁ*. Coordenação Arq. Maria Elisabeth Pereira Rêgo. Florianópolis: Eletrosul, 1998. v. 1-2.

GARCÍA-CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair de la modernidad*. México: Grijalbo, 1990.

GERASUL. *Os trabalhos e os dias: histórias de vida de antigos moradores da área da barragem da UHE Itá*. Caxias do Sul: UCS, 2001.

GOSS, Fernando; BRANDÃO, Vladimir. *Itá: memória de uma usina*. Florianópolis, SC: Takano, 2000.

GUATTARI, F. *As três ecologias*. Campinas: Papyrus, 1993.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização a multiterritorialidade. *Encontros de Geógrafos da América Latina*. X, 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo, X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, p. 6774-6792. Acesso em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/19.pdf>>.

HALL, Karla Fabiana. *Estudo das potencialidades turísticas de Itá após a construção da usina hidroelétrica*. Balneário Camboriú, 2004. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

ICOMOS. *Carta sobre o patrimônio construído vernáculo* (Ratificada pela 12ª Assembleia Geral no México). México, 1999. Disponível em: <https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/vernacular_sp.pdf>.

KLANOVICZ, J; FORCELINI, M. A usina hidrelétrica de Itá, Brasil e a tecnologia de força bruta na história recente do rio Uruguai. *Sociedad y Medio Ambiente en América Latina* v. 5, n. especial, p. 175-191, 2018.

NASCIMENTO, José Antônio Moraes do. *Derrubando florestas, plantando povoados: A intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 2007. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius Loci, towards a phenomenology of architecture*. New York: Rizzoli, 1984.

PEREIRA, Natália Biscaglia. *Arquitetura em madeira: influência da imigração no Alto Uruguai Gaúcho*. Florianópolis, 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina.

PIRAN, Nédio. *Agricultura familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai*. Erechim: Edifapes, 2001.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

POSENATO, Júlio. *Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Est; Educ, 1983.

REIS-ALVES, Luiz Augusto dos. *O conceito de lugar*. *Arquitextos*, São Paulo, ano 08, n. 087.10, Vitruvius, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/225>>.

RÊGO, Maria Elisabeth Pereira. A educação patrimonial como parte do programa “Arca de Noé”. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 14, n. 12, p. 207-220, 2000.

RÊGO; Maria Elisabeth Pereira; ABREU, Luzia. *Inventário da arquitetura vernacular da região atingida pelo reservatório da usina hidrelétrica Itá no Rio Uruguai - RS e SC*. Anais do 4º Colóquio Ibero-Americano paisagem cultural, patrimônio e projeto. Belo Horizonte, de 26 a 28 de setembro de 2016.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza; POZENATO, José Clemente. *O vale submerso: aspectos históricos e culturais da região da hidroelétrica – Itá*. Projeto ECAU - Elementos Culturais do Alto Uruguai. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. A geração hídrica de eletricidade no sul do Brasil e seus impactos sociais. *Etnográfica*, v. 7, n. 1, p. 87-103, 2003.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, ciência e sociedade*, Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996, p. 41-58.

VIANA, Raquel de Mattos. *Grandes barragens, impactos e reparações: um estudo de caso sobre a barragem de Itá*. Rio de Janeiro, 2003. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.mabnacional.org.br/tese/grandes-barragens-impactos-e-repara-es-um-estudo-caso-sobre-barragem-it>>.

ZARTH, P. Fronteira Sul: história e historiografia. In: VALENTINI, Delmir J.; ZARTH, Paulo A. (Org). *História da Fronteira Sul*. Chapecó: Ed. UFFS, 2016, p. 9-24.

WEISS, J. *Colonos na selva: conto de um emigrante como colono no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1949.

WENTZ, L. I. M. *Os caminhos da madeira: região norte do Rio Grande do Sul – 1902-1950*. Passo Fundo: Editora UPF, 2004.

Natália Biscaglia Pereira é Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), em Erechim, no Rio Grande do Sul. Doutora Mestra e em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Ângela Do Valle é Professora do Departamento de Engenharia Civil da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada, Mestra e Doutora em Engenharia Civil pela Universidade de São Paulo (USP).

Como citar:

PEREIRA, Natália Biscaglia; DO VALLE, Ângela. Fragmentos de memórias no Norte gaúcho: as construções em madeira dos (i) migrantes e a barragem de Itá. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 15, n. 2, p. 285-307, jul./dez. 2019. Disponível em: <pem.assis.unesp.br>.